

Ao definir critérios unívocos – como a datação, a ancestralidade, o estado de conservação, a autenticidade, a beleza etc. – e critérios ambivalentes – como a decoração ou a não decoração, a raridade ou a multiplicidade, a originalidade ou a banalidade – Heinich explora em profundidade a axiologia do patrimônio. Tornando visível aquilo que em outras análises permanece obscuro, ela demonstra que estes valores, que são plurais, não são de fato independentes uns dos outros, e podem se combinar entre si e se reforçar uns aos outros.

Em síntese, a axiologia do patrimônio se constrói na tomada (*prise*) que pode ser definida como o ponto de encontro entre as propriedades objetais dos elementos submetidos ao julgamento e os recursos dos atores destinados a julgar. Esta perspectiva permite que se escape da alternativa improdutiva, e muito ideológica, entre, de um lado, a *concepção puramente objetivista* – da história da arte tradicional, da filosofia essencialista e do senso comum – segundo a qual o valor está inteiramente nos objetos submetidos ao julgamento; e, de outro, a *concepção radicalmente construtivista* – própria das correntes pós-modernas da antropologia – segundo a qual o valor estaria inteiramente nas representações dos sujeitos, eminentemente culturais e, portanto, relativos. É colocando a ênfase no ato do encontro, no instante em que se dá a aproximação entre as partes (ator e objeto), que Heinich estabelece um “caminho do meio” para o estudo dos processos de patrimonialização, oferecendo à sociologia uma nova abordagem da relação entre sujeito e objeto.

Finalmente – e sem que aqui se encerre o assunto – não é o objeto que faz o patrimônio, é a “função patrimonial” que faz de um objeto qualquer um bem patrimonial. A função patrimonial pode ser aplicada a alguns objetos que são

transformados em “obras”, formando o corpus aberto do patrimônio. Esta função se dá através da administração da autenticidade destes objetos. “A fábrica do patrimônio” é, então, desvendada em ação, e seus critérios e valores são desvelados para o leitor, sendo ele um especialista ou não no campo do patrimônio, através de uma vertente epistemológica que se pode dizer inédita para se pensar a cadeia patrimonial.

MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). 2010. Raça como questão. História, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Faperj. 316 pp.

José Carlos Rodrigues

PUC-Rio

Trata-se de um livro singular. Normalmente o organizador concebe uma coletânea na qual reúne e apresenta artigos de outros autores. Mas esta é uma reunião de onze trabalhos, todos de autoria dos próprios organizadores – individual uns, em parceria outros. Além disso, alguns ensaios resultaram de colaboração com terceiros: desse modo, um total de nove pesquisadores acabou diretamente envolvido na confecção e no enriquecimento da obra.

Os temas dos trabalhos são diversificados. Por percursos distintos, todos giram em torno da ideia de “raça”, assumida como matéria cujo debate está se tornando cada vez mais presente e incandescente na sociedade brasileira. Tal proposta, como se sabe, não é nada fácil de efetivar, pois não poderá deixar de fazer a perigosa, delicadíssima, conjugação de conhecimentos oriundos da biologia, da antropologia, da história e da política. Não obstante a dificuldade,

os autores realizaram a tarefa de maneira rigorosa, erudita, elegante, apoiando-se em minuciosa contextualização histórica e em dados provenientes de séria investigação científica.

Central para o sucesso deste livro foi a distinção sistemática, que percorre os artigos, de três aspectos cruciais sempre complicadamente interrelacionados: "raça" como assunto científico na biologia e nas ciências sociais, como artefato cultural-político em muitas sociedades (mas não em todas) e como signo de identidade manipulável nos jogos de interação social. A clareza quanto à distinção destes três aspectos permitiu que os autores se afastassem da tentação da mera denúncia espetaculosa, que nada acrescenta ao já sabido. Por esta razão, a obra seguramente não será do agrado dos que apenas procuram reforçar convicções predefinidas, nem daqueles que preferem se ater às dimensões mais panfletárias do debate.

Ao longo das páginas de *Raça como questão* o leitor será levado a tópicos os mais diversificados: o pensamento higienista no Brasil, as declarações da Unesco sobre "raça" no meado do século passado, as sintomáticas dificuldades dos cientistas convocados por esta entidade em chegar a um documento consensual, a imagem dos judeus na obra de Gilberto Freyre, as utilizações das pesquisas sobre ancestralidade genômica nos jogos de identidade social, o sistema de cotas "raciais" para ingresso nas universidades brasileiras, as políticas atuais de relações étnicas no país, a tentativa de importação do modelo bipolar norte-americano para o enquadramento das relações "raciais" brasileiras, o contraste entre os projetos que imaginam o Brasil como nação mestiça e os que o veem como multicultural, as ideologias embutidas nos instrumentos dos laboratórios de antropologia física, a persistência dos biorreducionismos nos

dias de hoje, o papel das alegadas doenças "raciais" no projeto de constituição de identidades substancializadas de "raça", as mitologias fabricadas a partir da manipulação ideológica do "crânio de Luzia" pelos meios de comunicação assim como por alguns livros escolares...

Muitos são, portanto, os temas de alto interesse à espera do leitor, com relevo especial para alguns personagens do chamado "pensamento social brasileiro". Entre outros, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Edgard Roquette-Pinto e Gilberto Freyre comparecem em destaque no livro para terem analisadas suas teorias a respeito da importância do fator "racial" e da "mestiçagem" na constituição do povo brasileiro e, com ênfases diferenciadas entre eles, para terem examinadas as suas propostas de enfrentamento do "problema racial" de nossa população.

Vale ressaltar que tais autores trabalharam em uma época na qual no senso comum os argumentos baseados na ideia de "raça" preponderavam largamente. Poucos duvidavam então da importância do fator "racial" e da superioridade do contingente branco, limitando-se as incertezas e as controvérsias às posições hierárquicas respectivas de índios, negros e mestiços, bem como ao papel da miscigenação nestas hierarquias. Não se exigiam quaisquer pruridos, pudores ou escrúpulos para se falar sobre "raça", o que valia igualmente em relação a como fazê-lo. Lembremos que, naqueles idos, esta nefanda, funesta noção ainda nada, ou quase nada, conotava do politicamente incorreto que em nossos dias pode chocar e causar mal-estar a muitos leitores diante de algumas páginas de obras clássicas do pensamento social brasileiro. Por seu turno, no campo especificamente intelectual e científico, floresciam os nefastos determinismos de toda espécie (biológico, geográfico, econômico, sexual

etc.) entre os quais era possível escolher e aos quais muitos – mas não todos, felizmente – aderiram com um fervor vizinho à irracionalidade.

Sem desmerecer os méritos destes pioneiros – que sem dúvida são numerosos e veneráveis – é evidente que a conjunção dos dois aspectos acima mencionados não poderia resultar em algo muito diverso daquilo que encontramos nas teorias e nas interpretações do Brasil emanadas destes pensadores: em graus diferentes, um determinismo “racial” de pesadume atroz, que somente a extensa generosidade, ou a extremada reverência dos organizadores de *Raça como questão* poderia qualificar de... “racialista”.

MAYBLIN, Maya. 2010. *Gender, catholicism and morality in Brazil. Virtuous husbands, powerful wives*. Palgrave, New York: Macmillan. 212 pp.

Flavia F. Pires

UFPB

Maya Mayblin é uma jovem antropóloga inglesa, professora da Universidade de Aberdeen, na Escócia, que vem trabalhando questões ligadas à antropologia da religião. O livro é o resultado da sua tese de doutorado em antropologia defendida em 2005, na London School of Economics and Political Science (LSE), sob a orientação do professor Peter Gow.

Já em seu início, no Capítulo 1, o livro convida o leitor a realizar um deslocamento ao lado da própria pesquisadora pelos confins do Nordeste. Ele é levado a montar na garupa do mototaxista que leva Maya a Santa Rita, agreste pernambucano. Logo somos tragados pelo realismo etnográfico – recurso que a autora volta a utilizar ao longo do livro –

e pela exposição poética “do estive lá”, no melhor estilo malinowskiano: a moto é a canoa de Maya.

A autora parte da antropologia do cristianismo e adentra na questão de uma aparente contradição moral na vida de camponeses católicos em Santa Rita: como manter-se “perto de Deus” ao mesmo tempo em que é preciso ser produtivo (trabalhar), o trabalho implicando “conhecimento”, contrário à “inocência” e à “pureza”, que seriam características das crianças e o ideal de religiosidade. Crescer envolve deixar para trás a “inocência” e os anos prazeros da infância, tomar para si o peso da reprodução familiar (material e em relação à descendência), o que não é um problema, mas um desafio para a população, que resulta em uma forma particular de ser católico, atualizando um paradoxo moral fundante do cristianismo: como ser bom depois do pecado original de Adão e Eva. O casamento, ou a vida conjugal, é o lugar onde esse paradoxo e esse desafio são atualizados com toda a sua dramaticidade (Capítulos 2 e 5).

Chama a atenção o uso, ainda pouco comum na antropologia, de estudos teológicos, o que tem sido feito no Brasil por Otávio Velho e alguns de seus alunos, como Marcelo Camurça, nos quais a teologia não é apenas objeto de pesquisa, mas possível parceira no entendimento das questões religiosas.

Além disso, o livro tem o potencial de realizar um diálogo com a literatura antropológica nacional que, no que diz respeito ao campesinato, produziu debates importantes através dos estudos de Otávio Velho, Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Beatriz Heredia, Maria Isaura de Queiroz, dentre outros, e de autores mais recentes, como John Comerford e Ana Claudia Marques, alguns deles citados ao longo do livro.

A autora nega-se a pensar gênero do ponto de vista de um antagonismo femi-